

Sarney leva pessoalmente a solidariedade dos brasileiros ao povo mexicano

Discurso na ONU vai propor ajuda mundial

10 SET 1985

JOSIAS DE SOUZA
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney dirá, segunda-feira, na Assembleia Geral da ONU, que "o endividamento externo da América Latina não é mais um problema de caráter regional" e propõe a formalização de uma espécie de Plano Marshal para a região, a exemplo do que aconteceu há 40 anos, após a Segunda Guerra Mundial, quando os países vencedores — sobretudo os Estados Unidos — ajudaram as nações derrotadas da Europa a se reconstruírem.

Mais de três laudas, quase 100 linhas do discurso, foram dedicadas à análise da questão da dívida externa e dos seus reflexos sobre a economia dos países do Terceiro Mundo, em particular da América Latina. O presidente Sarney reclamará dos países credores uma "coresponsabilidade" no processo de renegociação e ratificará o apoio ao Grupo de Cartagena.

Reafirmará que é injusto um país como o Brasil ter de enviar para os credores mais de 10 bilhões de dólares por ano, só para cobrir os juros da dívida. E fará uma advertência: as nações credoras "subestimam os riscos políticos e os perigos de explosão social inerentes à estratégia do ajuste unilateral".

Todas estas sugestões foram apresentadas pelo Itamarati e aceitas por Sarney. O ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, encaminhou ao Palácio do Planalto, no início da semana passada, um discurso pronto e acabado, com exatamente 12 laudas, ao qual o **CORREIO** teve acesso com exclusividade. Embora tenha dado ao texto "uma forma toda pessoal", segundo um de seus assessores, o Presidente "não suprimiu nada". Apenas acrescentou.

SEGUNDA GUERRA

Para reforçar sua argumentação de que os países desenvolvidos precisam encerrar a dívida como "um problema político", de repercussões em todo o mundo, Sarney lembrará o final da Segunda Guerra Mundial, quando "as potências vitoriosas tiveram a compreensão" de que era essencial a criação de um



SARNEY NA ONU

ordenamento econômico e financeiro entre as nações.

O Presidente ressaltará sobretudo a sensibilidade das nações para o fato de que "a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segurança internacional". Em seguida, reafirmará que a ordem econômica internacional precisa ser revista e adequada "às realidades de hoje".

Debruçado sobre o "pronunciamento base" enviado pelo Itamarati, produzido a seis mãos, o presidente Sarney passou boa parte das noites da semana passada introduzindo, entre um período e outro, os termos poéticos, "nunca ausentes em seus discursos", de acordo com o assessor palaciano.

Nos temas relacionados a política externa, Sarney se aventurou pouco. Limitou-se a mudar a forma dos períodos, sem alterar o seu sentido. Por outro lado, na introdução do discurso, dedicada aos comentários sobre o processo de redemocratização do Brasil, o Presidente fez questão de "engordar" o texto.

Deu especial ênfase ao trecho em que comunica aos delegados dos outros países que têm assento na ONU que o povo brasileiro se dedicará, no próximo ano, à tarefa de elaborar uma nova Constituição, através de uma participação ativa na Assembleia Nacional Constituinte, já convocada.

Sarney deixará claro que o seu Governo possui "respaldo

popular" e pretende devolver a soberania e prerrogativas extraviadas do povo. Por último, o Presidente dissertará sobre as reformas institucionais já efetuadas e em curso.

PROTECIONISMO

Para reclamar do protecionismo dos países desenvolvidos contra os produtos brasileiros, Sarney utilizará um "artifício": primeiro lembrará que o seu Governo, a exemplo de outras nações latinas, está honrando seus compromissos financeiros com os credores externos; em seguida dirá que, como resposta, tem-se debatido com o protecionismo comercial, com as taxas de juros altas e com a deterioração dos preços dos "nossos principais produtos de exportação".

No parágrafo mais adiante, após reafirmar que não abrirá mão do crescimento econômico, o Presidente afirmará que "só conseguiremos pagar nossos compromissos com o fruto do nosso trabalho e, para tanto é imprescindível que haja maior abertura dos mercados das nações industrializadas".

Como já era esperado, o Itamarati incluiu e Sarney manteve no pronunciamento da ONU a condenação a qualquer tipo de ingerência nos assuntos internos dos países da América Central e à política de segregação racial implantada na África do Sul por uma "minoria branca".

O Grupo de Contadora será apoiado no discurso de Sarney, como foro adequado para resolver o conflito centro-americano, "resultante da transformação da velha ordem social, interpretada pela ótica distorcida da confrontação entre as grandes potências".

Com relação às Ilhas Malvinas, disputadas pela Argentina e Inglaterra, o Presidente reconhecerá a "legitimidade" dos direitos do governo Raul Alfonsín. "O Atlântico Sul é uma área de fundamental importância para o Brasil e desejamos ver preservada sua condição de zona pacífica", enfatizará.

Quase no final do pronunciamento, Sarney sepultará de vez as versões de que o Brasil estaria interessado em fabricar a sua bomba atômica, ao reafirmar sua posição contrária à proliferação de armas nucleares.